

Lei Complementar 140/2011 e a gestão da fauna pelo Estado de Minas Gerais

Neluce Maria Arenhart Soares

Bom dia a todos! Primeiro, quero muito agradecer pelo convite e parabenizar pelo evento. É importante ter esse fórum para discussão sobre a fauna, ainda mais agora que, com a Lei Complementar 140, o Estado está assumindo essa atribuição na gestão da fauna. Inicialmente, está sendo um grande aprendizado, estamos aprendendo juntos a fazer uma gestão efetiva de proteção à fauna. Estou no Instituto Estadual de Florestas (IEF) há dois anos e assumi a diretoria de Pesquisa e Proteção à Biodiversidade em abril de 2013. Esta diretoria é responsável pela gestão da fauna, dentro da Gerência de Proteção à Fauna e à Flora.

A partir da Lei Complementar 140/2011, o Estado começou a assumir atribuições na gestão da fauna. Em negociação com o Ibama, foi feita uma série de reuniões para ver como seria o repasse de atribuições. Dessa negociação, surgiu um acordo de cooperação, assinado em 5 de junho de 2013, com um cronograma de atividades e tarefas.

Dentro do Sistema Estadual de Meio Ambiente (Sisema), do qual o IEF faz parte, temos atribuições tanto da Secre-

taria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável quanto do IEF. Para vocês conhecerem um pouco, eu trouxe o organograma do Sisema. Temos o IEF, responsável pela política florestal e proteção à biodiversidade, incluindo a fauna; o Igam, Instituto Mineiro de Águas; e a Feam, Fundação Estadual de Meio Ambiente, responsável pelo que a gente chama de agenda marrom. Essas três autarquias são atreladas ao Sisema. Temos ainda a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad), na qual foram criadas três novas subsecretarias:

- Subsecretaria de Inovação e Logística, responsável por compras, convênios, uma área compartilhada com o Sistema;
- Subsecretaria de Gestão e Regularização Ambiental Integrada, à qual estão vinculados todos os atos autorizativos relacionados a desmatamento e licenciamento. Antes, o IEF é que dava as autorizações, como a famosa Daia – Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental, mas agora é com a Subsecretaria de Gestão e Regularização Ambiental;
- Subsecretaria de Controle e Fiscalização Ambiental Integrada, que é específica para fiscalização, com uma equipe responsável pela fauna.

Então, cada subsecretaria e o próprio IEF têm atribuições distintas. Como eu disse, o acordo de cooperação da gestão da fauna silvestre foi assinado entre Ibama, Semad e IEF, com duração de três anos, e foi dividido em quatro etapas.

A primeira é em relação a manejo de fauna silvestre em cativeiro. Todas as categorias de criadouros científicos; criadouros comerciais; mantenedouros; Cetas (Centros de Triagem de Animais Silvestres); Cras (Centros de Reabilitação de Animais Silvestres); estabelecimentos comerciais; abatedouros; frigoríficos normatizados pela IN 169 (Instrução Normativa) do Ibama, de 2008; e criadores de aves exóticas vinculadas à IN 18, de 2011. As autorizações para instalação de todas essas categorias serão dadas pelo IEF a partir de outubro de 2013. Vai continuar sendo pelo Sisfauna, ao qual todos os servidores do Ibama têm acesso. O empreendedor que quiser instalar um criadouro comercial vai dar entrada no Sisfauna, não precisa vir ao IEF de Belo Horizonte, pode ir ao órgão regional e abrir o protocolo, que será analisado para serem feitas as vistorias. O IEF contratou 26 servidores, sendo 13 biólogos e 13 veterinários. Temos 13 regionais, e dentro desses escritórios regionais tem um veterinário e um biólogo trabalhando especificamente com fauna. É lógico que podem tirar dúvidas na sede em Belo Horizonte, mas o protocolo, o arquivo, todo o processo estará nos IEF regionais.

Fizemos as contratações e uma capacitação no Parque Estadual do Rio Doce, com os servidores do IEF, da Subsecretaria de Regularização Ambiental e da Subsecretaria de Fiscalização. Foram três dias de capacitação com o Ibama, repasse de informações, discussão, criação de grupos de trabalho, para termos uma ideia desse trabalho que vamos assumir. A gente está num processo de elaboração de normas, mas ainda vamos seguir a norma federal IN 169. Estamos fazendo resoluções conjuntas de cada um desses criadouros, com os procedimentos do Estado, para publicar. Eu trouxe um mapa com dados de 2006, já desatualizado, mas que diz onde estão os criadouros, os estabelecimentos vinculados à fauna em Minas Gerais; há uma grande concentração na região metropolitana de Belo Horizonte.

A segunda etapa do acordo são as autorizações de coleta, captura de fauna silvestre no âmbito do licenciamento ambiental e estadual. É quando o empreendedor quer fazer o seu empreendimento e vai entrar com o pedido de licenciamento. Na hora de elaborar o EIA / RIMA (Estudo de Impacto Ambiental / Relatório de Impacto Ambiental), ele ou a consultoria dele vão precisar pedir ao IEF uma autorização para fazer o levantamento e o inventariamento de fauna. É a mesma linha do que hoje é feito no Ibama para licença de pesca. Esse levantamento/inventa-

riamento será analisado pelo IEF para dar ou não a autorização. Com o EIA/Rima, será dada entrada no licenciamento propriamente dito. Tendo a licença, vêm depois os trabalhos de monitoramento de fauna e de resgate e salvamento de fauna. Essas autorizações estão no âmbito de licenciamento e por isso é que ficaram com a Subsecretaria de Regularização Ambiental. Já o levantamento e inventariamento de fauna ainda é um processo anterior, de pré-licenciamento, e por isso a solicitação é feita no IEF. Será expedida uma resolução conjunta com os procedimentos, o fluxo, a documentação necessária, modelo de relatório, mas, até o momento, segue-se a normativa do Ibama, porque a gente só vai assumir essa atividade em novembro de 2013. O Ibama vai publicar um ofício circular informando que as autorizações de categorias de manejo são agora de responsabilidade do IEF e listando os contatos do IEF para fazer essa solicitação. Em novembro, a resolução e todos os procedimentos já terão sido instituídos.

Terceiro: os criadores amadoristas de passeriformes são a grande demanda e vão estar vinculados ao Ibama. Os servidores da Semad terão acesso ao Sispas (Sistema de Controle de Criadores Amadores de Pássaros) a partir de dezembro, mas ainda estamos no processo de compra de anilhas. Há uma negociação entre Ibama e Semad, e quem

vai cuidar de cadastro é a Subsecretaria de Fiscalização e Controle Ambiental, onde já existe um setor específico de cadastro e registro, como cadastro de motosserra, por exemplo. Como eles já têm toda essa experiência, é lá que ficará o Sispas, esse Sistema de Passeriformes. Eu sei que é diferente, mas essa é que será a atribuição do Sercar (Setor Regional de Cadastro e Registro).

Estamos em negociação com o Ibama, que já tem uma expertise muito grande em relação a padronização de anilhas e conseguiu uma forma de controle e entrega, e a gente não está aqui para inventar a roda. Então, a negociação é para ver se vai ser pelo mesmo termo, mesma contratação, mesmo fornecedor, qual será a empresa, se continuará sendo pelo correio.

Mas o procedimento é o mesmo: tem o cadastro e os núcleos. Vejam aqui o mapa dos criadores amadores de passeriformes e os nove núcleos de fiscalização ambiental, onde estão os servidores do Sercar. Qualquer cadastro é feito pelo sistema, não tem necessidade de ir até os regionais, mas, se tiver dúvida, pode recorrer a esses núcleos. A demanda daqui é muito grande. Só para vocês terem uma ideia: são 52 mil criadores no núcleo do Ibama de Belo Horizonte; 7 mil criadores em Juiz de Fora; 5 a

6 mil criadores em Montes Claros e Uberlândia; 4 mil em Governador Valadares e 3.200 em Lavras. E por que ficou na Subsecretaria de Fiscalização? Porque é um trabalho interligado com a própria fiscalização. Se chegar ao Sispass o cadastro de alguém que tenha muitos animais, a gente chama a fiscalização, envia um técnico para entregar as anilhas e verificar a situação dos animais. É um trabalho conjunto com a própria fiscalização e por isso está dentro da mesma estrutura.

Bom, aí vêm os Centros de Triagem de Animais Silvestres (Cetas), os Centros de Reabilitação de Fauna (Cras), que ainda não temos em Minas Gerais, e as Áreas de Soltura de Animais Silvestres, que a gente chama de Asas e são de responsabilidade do IEF. O Ibama tem cinco Cetas: Montes Claros; Uberlândia; Juiz de Fora; Governador Valadares e Belo Horizonte. A partir de novembro de 2013, haverá servidores do IEF trabalhando nesses Cetas, com anilhas próprias, e os animais decorrentes de fiscalização estadual serão animais do Estado, mas o Ibama continuará fiscalizando e passará a compartilhar seus Cetas. Esse compartilhamento é para o Estado poder iniciar seus processos de fiscalização, por ser uma atribuição comum, de acordo com a Lei Complementar 2011. O Estado precisa de estruturas de triagem para levar os animais e vai

inaugurar o primeiro dos seus próprios Cetas em outubro de 2014, na região de Belo Horizonte, usando Cetas do Ibama, federais. Depois, a gente descompartilha, e continuará havendo Cetas do Ibama e Cetas do IEF.

O Ministério Público tem sido um grande parceiro no que se refere a encontrar áreas estratégicas para construção dos Cetas. A gente quer unir esforços, e não construir um Cetas do Ibama e, do lado, um Cetas do IEF, porque o gasto para manter essas estruturas é muito grande. Em Montes Claros, por exemplo, uma empresa está construindo um Cetas tipo A. É o maior Cetas, com capacidade para dois mil animais. Não tem porquê o IEF construir outro Cetas ali perto, porque esse já estará englobando toda a região.

Estamos negociando com o Ibama para estender o prazo de compartilhamento, que é de três anos, e analisando cada caso para escolher o modelo de gestão e a área prioritária para construção do primeiro Cetas. O IEF tem obrigação de estar com um Cetas próprio em Belo Horizonte em outubro de 2014 e de construir mais dois em áreas estratégicas até dezembro de 2015.

Como a gente descobriu essas áreas estratégicas? Através de um levantamento das apreensões de fauna silves-

tre feito pela Polícia Militar de Minas Gerais em 2008. Foram apreendidos cerca de 50 espécimes de anfíbios, principalmente nas regiões de Ubá, Betim e Cachoeira da Prata; cerca de 150 répteis, com maior número em Uberaba, seguida de Barbacena e Varginha. Quanto aos mamíferos, até 75 espécimes foram apreendidas em Uberaba, Diamantina e Teófilo Otoni. Então, Uberaba é o ponto de répteis e mamíferos.

As aves é que são o grande número de apreensões, com foco na região de Belo Horizonte, Betim, Esmeraldas e Uberaba. Com a compilação e sistematização desse mapa que a equipe da gerência fez, chegamos aos municípios de maior prioridade de construção de Cetas. A área vermelha do mapa tem prioridade altíssima e a parte hachurada é prioritária para instalação de curto prazo. A região de Teófilo Otoni tem um grande vazão, é uma rota de tráfico, por causa da rodovia Rio-Bahia, e já tem um Cetas em fase de construção, por condicionante, que a gente acredita inaugurar no ano que vem. Uberaba, João Pinheiro e Juiz de Fora são regiões em negociação. Em Paracatu, um Cetas está sendo construído através de um TAC e de parceria com a Anda (Agência de Notícias de Direitos Animais). Em Montes Claros, está em negociação a construção de

um Cetas A, através de TAC, que será compartilhado com o Ibama. Para Belo Horizonte, existe um projeto, com algumas condicionantes e termos de ajustamento, em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais e o Ministério Público. Seria uma proposta inovadora, um Cetas padrão sediado na própria UFMG, com uma série de recintos modulares e capacidade para cinco mil animais. Uberaba tem um TAC em fase de elaboração, Uberlândia e Patos de Minas também. Juiz de Fora também tem possibilidade, assim como Varginha e Uberlândia.

A gente tem algumas coisas concretizadas e outras em negociação para todo o estado, com possibilidade de ter Cetas até final de 2015 em todas essas regiões, através de parcerias, condicionantes e tudo mais. Junto disso, a gente quer construir centros de reabilitação, porque o animal chega à triagem, seja por apreensão ou entrega voluntária, é submetido a exames e fica lá de seis meses a um ano. Alguns têm um processo mais longo de aclimação, e por isso precisamos dos centros de reabilitação, tão importantes quanto os Cetas. A gente fala muito dos Cetas e acaba se esquecendo dos Cras, tanto que não há nenhum na região. As unidades de Paracatu e Montes Claros são Cetas/Cras, e, em algumas condicionantes, a gente está pedindo para que seja um Cetas/Cras também.

Além disso, tem as áreas de soltura. O Ibama fez um cadastramento e nós já fizemos um levantamento desse cadastramento. Esta atividade está centralizada na sede, porque há uma série de propriedades com áreas de soltura cadastradas, e a gente vai saber qual é o lugar ideal com base na situação do animal. Alguns precisam de área com mais vegetação; outros precisam de recintos maiores; outros, de recintos específicos, porém temporários, que os próprios proprietários podem construir. Tem até uma proposta de Centros de Reabilitação específicos para algumas espécies e grupos taxonômicos, com suporte, expertise, estudos e testes direcionados. Em outubro de 2013, será emitida uma portaria com todas as regras. No site do IEF, o proprietário poderá cadastrar sua área como área de soltura. Aí, o Estado vai vistoriar, publicar e apresentar aquele espaço como área de soltura do Estado.

É importante que vocês ajudem na divulgação desse cadastramento de áreas de soltura. Nesse projeto, é feito todo o acompanhamento dos casos. Tivemos experiências, por exemplo, no Sumidouro, em Lagoa Santa, onde inclusive já ocorreu reprodução das espécies soltas lá. Temos várias outras experiências e precisamos de mais estudos em relação a isso.

Bom, agradeço mais uma vez e parabênizo pelo evento. Se tiverem dúvidas, fiquem à vontade para fazer contato pelo 3915-1340 ou 1320. A gente recebe e analisa projetos de parceria, de convênios. A ideia é fazer chamadas públicas vinculadas a determinadas atividades, como gestão de Cetas, gestão de Cras ou outras que possam surgir, porque, dentro do Estado, não estamos fazendo convênios diretos. A ideia é que, como é recurso público, que a gente faça chamada pública, as instituições se cadastrem, proponham projetos e, com critérios transparentes, seja feita a seleção desse convênio. Agradeço mais uma vez, fico à disposição, e obrigada.